

**ACTA NÚMERO TRÊS**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE  
ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZ. \_\_\_\_\_

--- Aos dezanove dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, reuniu na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade municipal;
2. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2009 da EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM;
3. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2009 da TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM;
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 43/2010/CM, referente à aquisição de Serviços de Auditoria Externa de Revisor Oficial de Contas;
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 49/2010/CM, referentes à Organização dos Serviços, mapa de pessoal e 1ª. Revisão às GOPs e ao Orçamento;
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 51/2010/CM, referente à prestação de contas de 2009;
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 53/2010/CM, referente ao concurso público internacional para aquisição de combustíveis rodoviários (Procedimento n.º 0.06/CE-AMAL/2010);
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 56/2010/CM, referente ao lançamento de concurso para a concretização de Núcleos de Desenvolvimento Turístico através de Programas de Acção Territorial.

--- O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. \_\_\_\_\_

--- Pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Pedro da Conceição Rodrigues, foi efectuada a chamada, registou-se que estavam presentes os Membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Dulce Cláudia Paixão Bernardo, Fernando Augusto Pereira, Filipa Alexandra Costa Lourenço, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jean-Pierre Patrick Rancher, João Pedro da Conceição Rodrigues, Joaquim da Conceição Messias Santos, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Liberto da Conceição Graça, José Manuel Baptista do Carmo, José Mateus Domingos Costa, José Otilio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Isabel Pires Cruz dos Santos, Miguel Jorge de Lucas Teixeira, Muriel Cristina Dias, Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação, Paulo Renato Faleiro Silva, Elisabete Miguel Parra Rocha, Rui Manuel Rocha Horta, Sara Isabel Mansinho Fernandes de Almeida, Sidónio Manuel Gonçalves Barão, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Vítor Manuel Rijo Faleiro. \_\_\_\_\_

--- Os Membros Jaime Luís Fernandes Costa e Pedro Manuel do Nascimento solicitaram a substituição à sessão pelo que foram substituídos pelos Membros Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação e Miguel Jorge de Lucas Teixeira respectivamente.

--- Foi posta à discussão a acta número dois, da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a vinte e três de Fevereiro de dois mil e dez. \_\_\_\_\_

--- O Membro Brandão Pires cumprimentou todos os presentes e referiu que na página número quatro no segundo parágrafo da acta, consta que *“Comunicou que é o coordenador da bancada, dos cinco Membros Assembleia Municipal de Tavira eleitos para a Assembleia Intermunicipal”*, pediu que o mesmo fosse rectificado, uma vez que não foi isso que disse, para *“Comunicou que é um dos coordenadores da bancada do Partido Socialista na Assembleia Intermunicipal.”* \_\_\_\_\_

--- O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Pedro da Conceição Rodrigues disse que o referido parágrafo passaria a ter a seguinte redacção, *“Comunicou que é um dos coordenadores da bancada do Partido Socialista na*

*Assembleia Intermunicipal.*” \_\_\_\_\_

--- Rectificada a acta, foi a mesma posta à votação, pelo Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor e uma abstenção. \_\_\_\_\_

--- O Membro Rui Horta disse que se absteve porque não tinha estado presente na sessão da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- No momento em que foi feita esta votação estavam presentes vinte e nove Membros na sala. \_\_\_\_\_

### **Período antes da Ordem do Dia**

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou que houve uma reunião da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, na qual a Assembleia Municipal está representada por cinco elementos, e pediu ao Membro Sílvia Alexandra Sanches Soares, que esteve presente nessa reunião, para informar o que lá se passou. \_\_\_\_\_

--- O Membro Sílvia Soares informou que a reunião ocorreu no passado dia vinte e seis de Março, onde foi apresentado o Projecto Murjona, pela Fundação Irene Rolo, que é uma parceria da Fundação Irene Rolo, da Câmara Municipal de Tavira e da Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante. Este projecto tem como público-alvo estratégico as crianças e jovens filhos dos imigrantes, crianças e jovens vulneráveis. Informou que a área geográfica abrange principalmente o concelho de Tavira. Disse que as áreas de intervenção deste projecto são a multiplicidade, a responsabilidade social e a infoexclusão. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que foi eleita, como nova presidente da referida comissão a Dr<sup>a</sup> Hélia Ramos, como nova secretária foi eleita a Dr<sup>a</sup> Sílvia Rufino, e com funções de administrativa foi nomeada a funcionara da Câmara Municipal de Tavira Elsa Estevens. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou que no próximo dia vinte e cinco de

Abril irá decorrer uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, nos Paços do Concelho, às dez horas, após o hastear da bandeira, e que tem como ponto único a Comemoração do Dia da Liberdade. Acrescentou dizendo que cada uma das bancadas terá direito a fazer uma intervenção que não poderá ultrapassar quinze minutos. \_\_\_\_\_

--- Por fim explicou, que essa sessão iniciar-se-á com a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, seguirá depois com as intervenções de cada bancada e terminará com a intervenção do Presidente da Câmara Municipal. Disse que serão convidadas as entidades oficiais e o público em geral também será convidado a assistir. \_\_\_\_\_

--- O Membro Isabel Santos começou a sua intervenção cumprimentando os presentes, e disse que recebeu um parecer jurídico sobre uma proposta apresentada pela CDU na última Assembleia. Prosseguiu dizendo que não é sua intenção divagar sobre conceitos jurídicos, mas não concorda com o parecer jurídico que lhe foi enviado, porque segundo o artigo 50º, que é referido no dito parecer, as Assembleias Extraordinárias podem ser requeridas a pedido de um terço dos Membros ou de grupos municipais com idêntica representatividade. \_\_\_\_\_

--- Esclareceu que o que a CDU apresentou foi uma proposta, e qualquer Membro, segundo o Regimento da Assembleia, pode apresentar propostas. Disse que, portanto não vê qual a justificação do parecer jurídico. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que a proposta da CDU não foi admitida, mas ficam registadas as preocupações da CDU relativamente ao problema, que futuramente poderão ou não ser lembradas por muitas pessoas. \_\_\_\_\_

--- O Membro Rui Horta pediu que fosse explicado a obra que está a decorrer na Rua José Pires Padinha e o critério de orientação para a colocação dos contentores do lixo, embora reconheça que por exclusão de partes tiveram que ser colocados ali. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Baptista cumprimentou todos os presentes e disse que tinha enviado um ofício ao IPTM, com conhecimento às várias entidades com responsabilidades na zona do mar. Nesse ofício foi focada a requalificação da marginal, pelo grande contributo que irá dar a Cabanas, dando-lhe mais qualidade e dignificando-a. Foi focado também o orgulho dos cabanenses e a dignidade com que, a

partir da conclusão da obra, serão recebidas as milhares de pessoas que visitam aquela vila. Disse que nesse ofício foi ainda referido o facto de existirem algumas estruturas, que se persistirem serão destacadas pela negativa. Essas estruturas são os cais de embarque para a praia, que são constituídos por cubos de plástico, sem qualquer enquadramento nem condições, e uma vez que têm que estar sempre flutuantes tinham que ser feitas dragagens, que por incrível que pareça foi permitido retirar o lodo do mar e coloca-lo na superfície. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que na sua opinião deveria ser colocada uma nova estrutura, completamente diferente, em madeira sobe estacaria em todo o seu comprimento e no final uma estrutura móvel, como está colocada em Santa Luzia. Disse que esta sugestão também foi comunicada no ofício enviado ao IPTM. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que através de alguns populares ficou a saber que existe a intenção de ser feito esse cais por parte de um particular. Disse que na sua opinião não é correcto um cais de embarque para privados. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que a Junta de Freguesia de Cabanas jamais aceitará uma obra dessa natureza, uma vez que entendem que a obra deverá ser feita para beneficiar todos e não só alguns. Nunca aceitarão que alguém utilize o espaço público para benefício próprio. \_\_\_\_\_

--- O Membro Brandão Pires começou por dizer que não gosta de misturar os assuntos da Assembleia Municipal com os assuntos do IPTM, mas que iria responder à questão colocada pelo Membro Carlos Baptista. \_\_\_\_\_

--- Disse que na realidade recebeu o ofício enviado pela Junta de Freguesia de Cabanas, e esclareceu que o cais privado que é relatado nesse ofício, constituído por cubos de plástico, que é partilhado pela Macieira Coelho e Pedras da Rainha, esteve ali colocado durante vários anos e irá sair de lá. Acrescentou dizendo que desconhece outro cais privado, nem essa intenção, em Cabanas de Tavira. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que é intenção do IPTM e dos serviços técnicos da Câmara Municipal, na pessoa do Vereador Luís Nunes que estiveram no local, encontrar uma solução pública para o cais de embarque de Cabanas. \_\_\_\_\_

--- Disse também que em relação ao concurso público para as carreiras para a praia de Cabanas, em determinada altura o IPTM parou esse processo, porque o sistema lá instalado funciona muito bem e porque se o processo prosseguisse obrigaria a uma

série de tramitações, burocráticas e administrativas, relativamente pesadas. Deu exemplos de implementações de horários e com características das embarcações que não se coaduna com um serviço que demora apenas uns minutos que funciona bem, e também porque as pessoas que frequentam aquela praia acham que está a funcionar bem com os autores locais, que têm capacidade de resposta. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que a intenção foi não implantar um serviço regulado como o que está em Santa Luzia e em Tavira, e que quiseram manter o serviço que está a ser feito em Cabanas uma vez que o percurso é curto. Continuou dizendo que os cais que existem são todos públicos e não existem cais privados. Disse ainda que a solução para este verão pode não ser a melhor nem a definitiva. \_\_\_\_\_

--- Durante a intervenção do Membro Brandão Pires entrou o Membro José Vitorino, tendo ficado trinta Membros na sala. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Baptista disse que efectivamente aquele cais tem sido sempre privado, mas com cubos de plástico só são aceitáveis numa situação transitória, o que aconteceu até agora. E se efectivamente for construído um outro, em situação definitiva, na sua opinião deverá ser para todos. Prosseguiu dizendo que se for construído um cais privado, até ser construído um que sirva toda a gente, na sua opinião mesmo sendo privado deverá ser utilizado por todos. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que não vê com bons olhos algumas pessoas embarcarem e desembarcarem numa estrutura em boas condições, e outras não. \_\_\_\_\_

--- O Membro Brandão Pires deu razão ao Membro Carlos Baptista e disse que de facto é uma situação de terceiro mundo, é uma situação para substituir e irá ser substituída. Esclareceu que o actual executivo da Câmara Municipal está no activo há apenas uns meses, que ele próprio está no IPTM há pouco mais de um ano, e estão a resolver uma questão que está mal há alguns anos. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Rodrigues disse que uma vez que o assunto é as praias, aproveitava para descrever uma situação que aconteceu na Praia da Terra Estreita, no ano de dois mil e cinco. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu então dizendo que o Parque Natural da Ria Formosa, no ano de dois mil

e cinco, autuou a Junta de Freguesia de Santa Luzia por esta ter autorizado a montagem de um bar ilegal naquela praia. Esclareceu que quando tomou posse como Presidente da Junta de Freguesia, este processo já se encontrava a decorrer e não teve tempo de o analisar uma vez que recebeu logo uma coima do Parque Natural da Ria Formosa, no valor de dez mil euros. Disse que, nessa altura, deu conhecimento da situação ao anterior Presidente da Câmara Municipal, o qual lhe disse que a Câmara Municipal se responsabilizava por aquela multa. Disse também que em seu poder tinha o original da guia emitida pelo Parque Natural da Ria Formosa à Junta de Freguesia de Santa Luzia, que não era ele ainda nessa altura o Presidente, e que o facto é que a guia ainda está com ele e decorre um processo em tribunal. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que foi notificado pelo tribunal que se encontra pendente um processo de execução, tendo-lhe sido dado um prazo de três dias para se apresentar afim de regularizar a situação, caso não compareça procederão à penhora. Questionou se a penhora seria ao bar ilegal que esteve instalado na Praia da Terra Estreita. Disse que, como é do conhecimento da maioria das pessoas, o referido bar que foi montado na Praia da Terra Estreita, foi um negócio feito entre o anterior Presidente da Câmara Municipal e o Hotel Vila Galé com a conivência do anterior Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia. \_\_\_\_\_

--- Disse que tinha também consigo recortes de jornais, onde consta que o Director do Parque Natural da Ria Formosa, teria entrado em conflito com o Presidente da Câmara Municipal, tendo pedido a demissão do cargo. O Director do Parque Natural da Ria Formosa defendia que aquilo estava mal e o Presidente da Câmara Municipal entendeu que estava bem. \_\_\_\_\_

--- Disse também que no tribunal está uma multa em nome da Junta de Freguesia de Santa Luzia, mas que o anterior Presidente da Câmara Municipal assumiu o seu pagamento. Pelo facto de já terem passado quatro anos e o assunto ainda não estar resolvido, perguntou ao Presidente da Câmara se assumia ou não o pagamento da multa. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que o povo de Santa Luzia não tem que pagar uma coisa, que encheu os bolsos a alguém do Hotel Vila Galé, uma vez que o bar era do Hotel Vila Galé. Disse ainda que, se decorre em tribunal uma penhora à Junta de Freguesia de Santa Luzia, o móbil do crime é um bar que está instalado actualmente junto às piscinas do Hotel Vila Galé – Albacora. Ou seja se o tribunal quiser penhorar alguma

coisa, terá que ir buscar o bar ao Hotel Vila Galé – Albacora, pois à Junta de Freguesia não irá penhorar nada porque ele não deixará. \_\_\_\_\_

--- Referiu que tinha também consigo um documento do ICN, que estava assinado pelo Director do Parque Natural da Ria Formosa, na altura, senhor engenheiro Paulo Silva. Cumprimentou o Membro Paulo Silva, e disse que o engenheiro Paulo Silva, na altura como Director do Parque Natural da Ria Formosa, procedeu de acordo com a lei, mas houve alguém que conseguiu dar a volta ao Ministro. \_\_\_\_\_

--- Procedeu depois à leitura do documento atrás referido e que se transcreve. *“Aos cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e quatro, compareceu perante o instrutor a testemunha engenheiro Correia, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, que sobre os factos constantes do auto de noticia prestou o seguinte depoimento, «que na defesa do interesse público e da melhoria da qualidade de vida, a Câmara Municipal de Tavira apoiou, estimulou e incentivou a construção efectuada. A obra foi efectuada pela Junta de Freguesia, embora com o apoio técnico e organizacional da Câmara Municipal de Tavira.» Pelo que, assume inteiramente a responsabilidade pela obra efectuada”.* \_\_\_\_\_

--- Disse que precisa saber se o Presidente da Câmara Municipal assume ou não o compromisso do seu antecessor. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que o assunto que vai falar em seguida é muito mais grave, pois diz respeito à saúde pública das pessoas de Santa Luzia. Disse que, no ano dois mil e quatro ou dois mil e cinco, foi montado um pinheiro artificial, com uma altura considerável, tendo-lhe sido dito que seria para instalar uma antena da TMN. Afirmou que nessa altura mostrou o seu descontentamento, porque a antena foi colocada praticamente no seu pátio, a uma distância de dez metros da sua casa, embora hajam casas ainda mais próximas. Informou que neste momento existem montadas sete ou oito antenas no mesmo pinheiro. \_\_\_\_\_

--- Informou também que, desde que aquele pinheiro foi ali montado, o povo de Santa Luzia e as pessoas que habitam nos Bairros Social e dos Pescadores, estão a ser atacados por uma doença, que é o cancro. Lamentou o facto, de que esta doença lhe tenha batido à porta, de que uma menina com quatro anos, que também mora perto, também tenha a mesma doença. Disse ainda que existem várias pessoas em Santa Luzia vítimas do cancro, tendo-se verificado já algumas mortes e muitas das pessoas que estão doentes, muito provavelmente, não se irão safar. \_\_\_\_\_

--- Lembrou que o Presidente da Câmara Municipal, no ano de dois mil e quatro, fez sair um edital onde informava a publicação em Diário da República de um regulamento interno da Câmara Municipal de Tavira sobre a instalação dessas antenas. Referiu que nesse regulamento no artigo quinto, disposições técnicas, diz que *“sem prejuízo de outras disposições contidas em legislação especial, a construção ou instalação de antenas de telecomunicações deve de obedecer aos seguintes parâmetros”*. Lembrou que estava a referir-se a um Regulamento Municipal, que no artigo atrás referido, na sua alínea “a”, diz que *“respeitar um raio de afastamento mínimo de cento e cinquenta metros de qualquer edificação destinada à permanência de pessoas, nomeadamente habitações, escolas, creches, centros de dia”*, afirmou que tudo isto existe a uma distância inferior. Informou que na sala estava presente no público, o Presidente da Associação Âncora, onde se encontram crianças e idosos, e que não dista do pinheiro cento e cinquenta metros. Disse que mais abaixo está o infantário Girassol e a Escola Primária, que também não estão a cento e cinquenta metros do pinheiro. Afirmou que tem a certeza que não foi naquele local que a Câmara Municipal autorizou a sua instalação. Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que mande verificar o projecto que foi apresentado pelas várias empresas de telecomunicações para a instalação das várias antenas que estão instaladas naquele pinheiro, porque todas já lá têm uma antena e se uma antena faz mal, muitas antenas farão muito mais. \_\_\_\_\_

--- Informou que nessa altura foi solicitado ao Delegado de Saúde do Concelho de Tavira, doutora Filomena Maurício, um parecer sobre o assunto. No dia três de Julho do ano dois mil e dois foi emitido o seguinte parecer por parte da Delegada de Saúde, *“relativamente ao assunto em epígrafe, confirmo o que foi dito no vosso ofício, de momento os dados disponíveis baseados em estudos realizados sobre a matéria, estes não nos reporta à casualidade entre, a exposição de radiações emitidas por postes de antenas de telemóveis, e o aparecimento de problemas de saúde. A preocupação com as crianças, faixa de população mais vulnerável, é importante e é de preservar, embora o parecer seja baseado em bom senso e não em dados científicos”*. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que de qualquer maneira e de qualquer forma, a Câmara Municipal de Tavira, contra o parecer do Delegado de Saúde do Concelho de Tavira, contra um Regulamento que mandou publicar em Diário da República no dia dezassete de Fevereiro do ano de dois mil e quatro, autorizou que antena fosse colocada e que hoje está a prejudicar a saúde pública dos habitantes de Santa Luzia. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Manuel Carmo disse que depois de ter ouvido a intervenção do Membro Carlos Rodrigues, quase não tinha vontade de intervir, mas que de qualquer maneira ia fazer uma pequena intervenção. \_\_\_\_\_

--- Disse então que na sequência da intervenção de um Membro da bancada do Partido Socialista, na primeira sessão da Assembleia Municipal, manifestando o seu descontentamento com o facto de o público só falar no fim das sessões, sem que para isso tenha apresentado qualquer proposta. O Bloco de Esquerda fez uma pesquisa, sobre a questão, na região do Algarve, porque é de opinião que a situação actual pode e deve ser alterada. \_\_\_\_\_

--- Solicitou à Assembleia Municipal que, dentro das suas competências, tome as medidas necessárias para alterar esta situação, e disse que se não for tomada qualquer medida nesse sentido, numa próxima sessão da Assembleia Municipal apresentará uma proposta para confrontar os Membros com a responsabilidade de votarem a participação do público no início das sessões. Disse ainda que fez esta comunicação antecipada, para que os partidos políticos analisem o assunto de forma a se prepararem para a votação. \_\_\_\_\_

--- Sobre o assunto das antenas disse que esta é uma questão complexa e de facto não há dados científicos objectivos, daqueles que costumam ser usados nas argumentações técnicas. Mas existem dados epidemiológicos, ou seja, há dados que mostram que há uma maior incidência nas circunstâncias aqui expostas. Acrescentou dizendo que a lei geral que regula esta matéria, coloca sérios obstáculos à própria intervenção da Câmara Municipal, no entanto a lei não é absolutamente impeditiva, existindo alguma margem de manobra. Prosseguiu dizendo que naturalmente, um Presidente da Câmara que é engenheiro paisagista, preocupa-se com a paisagem, e de facto uma antena de telemóveis fica melhor disfarçada. Só que o problema não é esse, mas sim a existência de antenas colocadas no centro da cidade e a Câmara Municipal terá muita dificuldade em impedir que os condomínios dos prédios, coloquem antenas nos seus edifícios, para benefícios financeiros para os seus condóminos. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que esta é uma questão muito séria, do ponto de vista da saúde, no entanto as grandes companhias tentam disfarçar. \_\_\_\_\_

--- O Membro Sara Mansinho sobre o assunto das antenas, referido pelo Membro

Carlos Rodrigues, disse que a legislação nacional, que existe sobre esta matéria, é muito menos restritiva do que o regulamento que foi aprovado pela Câmara Municipal. Disse que legislação nacional permite que o operador de telecomunicações informe a Câmara Municipal que pretende colocar uma antena e se a Câmara Municipal não der uma resposta num prazo curto, haverá um deferimento tácito, não podendo depois a Câmara Municipal, impor-se à colocação da mesma. \_\_\_\_\_

--- Relativamente ao local referido pelo Membro Carlos Rodrigues, disse que desconhece se a Câmara Municipal, na altura, terá ou não autorizado a colocação da antena. Disse que durante o tempo que esteve no executivo da Câmara Municipal, teve conhecimento da colocação de muitas antenas, sem que para isso tenham solicitado à Câmara Municipal autorização para as colocar. Noutras situações, enviavam à Câmara Municipal apenas a informação que pretendiam colocar, em determinado sitio, as antenas, mas quando a Câmara Municipal tinha tempo para reagir sobre o assunto já ia tarde. \_\_\_\_\_

--- Informou que, nessa altura em que esteve na Câmara Municipal, houve até uma situação de litígio, porque a Câmara Municipal reagiu, dizendo à operadora que não queria a antena naquele local, perto da Esquadra da Policia. A operadora apresentou pareceres jurídicos, porque ao abrigo da legislação podiam faze-lo, de como a Câmara Municipal não teria reagido em tempo certo. Mas a operadora de telecomunicações acabou por retirar a antena em questão. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que o regulamento municipal, é muito mais restritivo do que a própria lei, e poderá ser entendido que vai contra a lei, uma vez que o regulamento municipal diz que as antenas deverão estar afastadas cento e cinquenta metros das escolas, etc. e a lei não o diz. \_\_\_\_\_

--- Esclareceu que os regulamentos municipais devem ser feitos para regulamentar uma lei, mas não podem ir contra a lei, e no fundo o regulamento municipal, poderá ir contra a lei. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que todas as pessoas usam telemóveis, gostam de ter rede e gostam de poder estar em qualquer local e falar com a sua família. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Rodrigues disse que não era preciso colocar uma antena praticamente dentro da sua casa. \_\_\_\_\_

--- O Membro Sara Mansinho perguntou, ao Membro Carlos Rodrigues, como é que foi possível e porque é que na altura ninguém se opôs a essa situação. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Rodrigues disse que o assunto era muito grave. \_\_\_\_\_

--- O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal interrompeu, dizendo aos Membros para não entrarem em dialogo. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Alberto Correia disse que sobre este assunto, iria falar como quadro superiores da Portugal Telecom. Prosseguiu dizendo que ao nível das instalações foi responsável, no Algarve em nove concelhos, não como coordenador mas como supervisor. Disse que o problema é comum, que as preocupações das povoações eram um incomodo, ou seja atrapalhavam o normal desenvolvimento do negócio. Mas que a TMN e a Telecom tinham sempre em atenção os pressupostos e os interesses das populações e os locais onde as estruturas eram instaladas. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que tecnologicamente, está a par dos avanços e dos progressos de investigação, ao nível mais avançado do mundo, em termos de coberturas e de efeitos. Disse que não existe causa e efeito provados, mas por uma questão de bom senso, que todos devem ter, e que o Presidente da Junta também teve, pode ser evitada a colocação dessas estruturas em sítios que tenham impacto visual e tenham impacto também com a sensibilidade do povo. Utilizou a expressão "*não acredito em bruxas, mas que las haí, las haí*". Afirmou que tecnologicamente pode descansar o Membro Carlos Rodrigues, porque uma antena instalada num prédio provoca muito menos radiações às pessoas que moram nesse prédio, uma vez que o efeito de cobertura é em forma de cone. \_\_\_\_\_

--- Terminou sugerindo que o gabinete jurídico da Câmara Municipal, dentro da lei e dos regulamentos, prepare uma proposta de alteração de desvio da antena para uma nova localização, uma vez que as empresas são receptivas e estudam partilham custos, e porque a zona de Tavira não é tão urbanizada como as grandes metrópoles, sendo possível deslocar antenas sem perder a qualidade de cobertura. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Rodrigues disse que chegou à conclusão que os senhores das telecomunicações podem estar fora da lei, uma vez que meteram requerimento à

Câmara Municipal e como esta não respondeu, montaram a antena naquele local. \_\_\_\_\_

--- Confirmou que usa telemóveis como a maioria das pessoas, mas depois do que ouviu é de opinião que aquela antena podia ter sido colocada a cento e cinquenta metros ou a duzentos metros do Bairro Social, como por exemplo no Barranco da Nora, porque assim não faria mal nenhum nem morreriam tantas pessoas. \_\_\_\_\_

--- Informou que costuma ver programas televisivos de outros países, onde técnicos especializados na matéria afirmam que aquele tipo de antenas emite radiação. \_\_\_\_\_

--- Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal para mandar verificar quantas antenas estão montadas no referido pinheiro artificial e também que consulte o projecto, que a Câmara Municipal aprovou, para a instalação do pinheiro e em que local autorizou. Disse que um técnico da Câmara Municipal o informou, na altura, que o pinheiro iria ser montado perto de sua casa, de imediato solicitou acesso ao projecto, mas quando teve acesso a ele já foi tarde, pois o pinheiro já lá estava montado e já não poderia ser retirado. Disse também que sabe que o local, que foi autorizado pela Câmara Municipal de Tavira, para a instalação do pinheiro não foi aquele. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que, como via constantemente estarem a colocar antenas no pinheiro, no dia dez de Outubro do ano dois mil e sete solicitou à Câmara Municipal, que o informasse se esta tinha conhecimento do assunto e porquê que autorizava. Ao qual a Câmara Municipal respondeu dizendo que *“para garantir a melhor cobertura nas zonas servidas pelas operadoras e uma melhor qualidade das telecomunicações dos utilizadores”*. Disse que, o que lhe foi respondido pela Câmara Municipal foi precisamente o que o Membro Sara Mansinho disse na sua intervenção. Disse ainda que não concordou com a resposta dada pela Câmara Municipal uma vez que a sua preocupação era a saúde das pessoas de Santa Luzia. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Vitorino disse que sobre este assunto, ao contrário do que foi dito pelo Membro Carlos Rodrigues, na Conceição de Tavira existe um problema, não têm TMN, por isso não conseguem trabalhar com banda larga nem na sede da Junta de Freguesia nem na sua própria habitação. Disse que a antena colocada na Conceição segundo sabe é da Vodafone, e está junto ao cemitério, e por isso mesmo ainda não teve qualquer reclamação. \_\_\_\_\_

--- Informou que já fez várias diligências junto da operadora para tentar resolver o problema da falta de cobertura, e que já lhe foi explicado tecnicamente o porquê, mas

não compreendeu. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que era sua intenção falar com o Presidente da Câmara Municipal, no sentido de arranjar solução para o problema, mas depois do que acabou de ouvir, não sabe se será melhor continuar a insistir na resolução do problema ou não.

--- O Membro Fernando Pereira, no que diz respeito à intervenção do Membro Isabel Santos onde criticou o parecer jurídico sobre o requerimento apresentado pela CDU, disse que julgava que o assunto tinha ficado esclarecido na anterior sessão da Assembleia Municipal. Continuou dizendo que era importante que todos percebessem que a CDU, pode fazer, juntamente com outros Membros, a convocatória de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para tratar do assunto, não pode é impor que nesta sessão da Assembleia Municipal que seja discutido se irá ou não haver uma sessão extraordinária. \_\_\_\_\_

--- O Membro Isabel Santos interrompeu dizendo que o requerimento apresentado é uma proposta. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira respondeu dizendo que o requerimento diz “*que propõe a esta Assembleia Municipal que marque uma reunião extraordinária*”. Esclareceu que a Assembleia Municipal não tem poder para marcar uma reunião. \_\_\_\_\_

--- O Membro Isabel Santos disse que quem quiser votar, quem não quiser não vota. \_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira prosseguiu dizendo que a CDU deverá falar com os líderes das bancadas de forma a conseguir a assinatura de um terço das assinaturas dos Membros, porque só assim poderá convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que tinha mais um assunto para falar, sobre um assunto do Membro José Manuel Carmo, que representa o povo. Mas como não estava presente, no momento da sala, não valia a pena dizer o quer que fosse para quem não representa o povo a tempo inteiro. Lamentou o facto do Membro estar constantemente a entrar e a sair da sala, e disse que era uma falta de respeito para com o povo. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu a presença do ROC da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

--- Sobre a questão dos contentores do lixo na Rua José Pires Padinha disse que este assunto foi uma das primeiras decisões de início de mandato que estava relacionado com a abertura da baixa. Disse que quando foi feita a requalificação da Praça da República estavam previstos quatro contentores, mas foram colocados apenas três. Informou que foi testado a colocação, do quarto contentor, na Rua dos Pelames e em outros sítios onde não foi possível a sua colocação. Prosseguiu dizendo que havia a necessidade de o colocar porque os outros existentes na zona estão sempre cheios, e por isso teria que ser encontrado um sítio para a sua colocação. Além disso, não é muito agradável para os comerciantes terem que se deslocar à zona da corredora ou à zona junto à Praça da Ribeira para colocarem o lixo. Disse que este executivo foi de opinião que o sítio onde não haveria problema para a sua colocação seria no início da Rua José Pires Padinha. E por isso foi elaborado um projecto pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, alargando o passeio existente no local e deslocando um cabo de média tensão e um tubo de água, e o contentor ficará ali instalado. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito à obra da marginal de Cabanas e para que não hajam dúvidas, disse que a Câmara Municipal se rege pelo interesse público e não pelo interesse privado. Ou seja qualquer interesse privado vergará sobre o interesse público. \_\_\_\_\_

--- O Membro Carlos Baptista interrompeu dizendo oxalá. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse oxalá que o Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas tivesse feito, a intervenção que fez hoje, nos últimos dez anos, e não o fez. Continuou dizendo que as bóias do Manuel da praia nunca foram contestadas, por ninguém, na Assembleia Municipal nos últimos anos. Disse também a obra da requalificação da marginal que está a decorrer dentro dos prazos é que é importante. Uma vez que tem havido um conjunto de acertos ao projecto inicial, com reuniões com o POLIS, com o IMPT e com a ARH, para que o resultado final seja ainda melhor. Informou que como todos devem saber, não foi possível contentar todas as pessoas, porque há situações que são atendíveis outras não. Afirmou que não será a Câmara Municipal que irá abrir o concurso para a travessia, uma vez que quem gere o espaço é o IPTM. Disse que a Câmara Municipal quer é que exista um ponto público de

cesso à praia, para tomada de passageiros. Daí que, na última ronda de conversa com os projectistas o cais, que fica frente à Junta de Freguesia de Cabanas, vai ser aproveitado como acesso público. \_\_\_\_\_

--- Afirmou que, ninguém o verá privilegiar, qualquer privado para ter o exclusivo da travessia. Porque as pessoas que utilizam os barcos para atravessar têm de ter um ponto de embarque, que não seja andarem com os pés na areia. É intenção da Câmara Municipal dar as condições necessárias às pessoas que efectuem as travessias, desde que estejam legalizados, para estarem em condições de igualdade, sem nenhum domínio sobre a marginal, porque a marginal é para todos. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito à questão das antenas disse que, respeita todas as pessoas e por isso respeita também o seu antecessor, por isso tratá-lo-á sempre com a dignidade que merece. Afirmou que o engenheiro Macário Correia fez o melhor que pôde e sabia, fez também algumas coisas mal, e por isso criticou-o em sessões da Assembleia Municipal. Disse que agora é tempo de se fazer uma avaliação, de forma positiva e construtiva, do que foi feito. Acrescentou dizendo que a Câmara Municipal irá analisar primeiro a questão das antenas, que será o assunto mais complicado uma vez que as antenas já se encontram colocadas. Informou que irá ser enviado um ofício às operadoras de telecomunicações que têm lá antenas colocadas, afim de marcar uma reunião para falar sobre o assunto. \_\_\_\_\_

--- Quanto à questão da coima, sobre o assunto do bar da Praia da Terra Estreita, disse que a coima é dirigida à Junta de Freguesia, a qual tem personalidade jurídica. Ou seja é a Junta de Freguesia que é demandada nessa acção. Mas se o Presidente da Junta, para evitar a penhora dos pertences da Junta de Freguesia, precisar de um apoio por parte da Câmara Municipal para fazer face ao pagamento dessa dívida, terá muito gosto de propor ao executivo um apoio económico no valor da coima, para auxiliar a Junta de Freguesia a pagar a dívida. \_\_\_\_\_

### **Período da Ordem do Dia**

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade Municipal. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal dos eventos realizados salientou: a inauguração da exposição "VIV' ARTE"; a inauguração da exposição do Rui Santos "(IN)FORMA que decorre no Palácio da Galeria; a marcha passeio que aconteceu no dia da mulher

que infelizmente não pôde estar presente; o sétimo Festival de Gastronomia Serrana, que foi um sucesso, e onde esteve presente o Chefe Leonel Pereira, deu os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina pelo facto de ter tido na sua freguesia, os cinco restaurantes participantes, que segundo os seus proprietários este ano tiveram o dobro de participações que tiveram na edição anterior. Informou que o número de pessoas que se deslocaram a este festival aumentou devido à divulgação do mesmo que este ano foi feito, deu o exemplo da publicidade que foi feita através de outdoors. Destacou ainda dos eventos: a campanha Limpar Portugal; a Baja Terras d' El Rei, e agradeceu a colaboração dos Presidentes das Juntas de Freguesia serranas, que tiveram que recompor alguns caminhos, informou que a Câmara Municipal tem o direito de preferência para a realização desta prova nos próximos quatro anos e que certamente este evento continuar a acontecer em Tavira nos próximos quatro anos; a comemoração do Dia Mundial da Floresta e do Dia Mundial da Água; a Semana Santa; a Semana da Juventude que infelizmente decorreu com muita chuva; o ciclo de conferências com muito interesse, com Peter Booker, sobre a História do Algarve; os encontros com lares e centros de dia organizados pela Associação Âncora; a Maré de Contos que decorreu durante todo o mês de Abril na Biblioteca Álvaro de Campos; a comemoração do Dia Mundial da Poesia; a apresentação da Revista Nova Águia, revista que tem cerca de cem anos onde escreviam Fernando Pessoa e outros; o encontro com o autor infanto-juvenil Pedro Seromenho; a visita, no dia dezoito de Março, do Secretário de Estado da Educação, que veio visitar os agrupamentos das escolas de Tavira.

---

--- Terminou sugerindo aos presentes que visitassem a Feira da Serra e o Festival de Gastronomia do Mar.

## 2. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2009 da EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM.

--- O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, João Pedro da Conceição Rodrigues disse que, sobre este assunto, iria falar como Membro da bancada do Partido Socialista.

---

--- Continuou dizendo que, pela primeira vez a Assembleia Municipal irá apreciar os Relatório de Gestão e Contas das empresas municipais. Apesar de constar na legislação e ser uma das competências da Assembleia Municipal, uma vez que no

artigo 53º, número 1, alínea c é referido que “*compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais*”. Referiu que apesar das insistências feitas, por parte da bancada do Partido Socialista, nos últimos anos, a referida documentação nunca foi apreciada em Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- Quanto ao Relatório de Gestão e Contas da empresa TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. disse que, desde a sua constituição no ano dois mil e quatro, tem vindo a apresentar um investimento crescente com imobilizado corpóreo, que no último ano atingiu treze milhões e seiscentos mil euros. Valor que representa uma acréscimo de dois virgula sete milhões de euros relativamente ao ano de dois mil e oito. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito a empréstimos a médio e a longo prazo houve um aumento de um milhão e setecentos mil euros, ou seja passaram de seis milhões de euros para sete milhões e setecentos mil euros. Não obstante deste aumento, os encargos financeiros sofreram uma quebra acentuada, no ano dois mil e oito eram de duzentos e sessenta e sete mil euros e no último ano passou para cento e vinte e dois mil euros. Quanto às dívidas de terceiros, ou seja, as pessoas que devem à empresa houve um aumento de cerca de quatrocentos mil euros, do ano dois mil e oito para o ano dois mil e nove, atingindo já cerca de dois milhões de euros. Valor este que é relativamente preocupante. \_\_\_\_\_

--- Os resultados foram positivos, tendo-se verificado no ano dois mil e nove um resultado líquido de cento e vinte e um mil euros. Resumindo a empresa TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. encontra-se em equilíbrio financeiro. Todavia deixou um alerta para os elevados montantes de empréstimos, uma vez que se perspectiva uma subida dos encargos financeiros, o que significará uma absorção do resultado líquido. \_\_\_\_\_

--- Quanto ao Relatório de Gestão e Contas da empresa EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM., disse que face á conjuntura económica actual, a empresa tem apresentado problemas económicos mais acentuados, tendo apresentado resultados líquidos negativos nos anos dois mil e sete e dois mil e oito. Contudo, e no sentido de dar seguimento à execução dos investimentos preconizados, e que constam do Plano de Actividades, contraiu empréstimos no valor total de quatro milhões e setecentos mil euros no ano de dois mil e nove, que com a subida que se

perspectiva dos encargos financeiros irá trazer alguns constrangimentos no futuro. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que no ano dois mil e nove esta empresa apresentou um volume de vendas no valor de sete milhões de euros, tendo sido muito superior às registadas no ano de dois mil e oito, o que originou um resultado líquido de cerca de duzentos mil euros. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a intervenção feita pelo Membro João Pedro foram mencionados dois pontos da ordem de trabalhos (ponto numero dois e ponto numero três), mas que, o que estava em apreciação no momento era apenas o ponto numero dois a Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2009 da EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que a empresa municipal EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM., é uma empresa que até agora só tem investido, e a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. é uma empresa que presta serviços básicos e do qual tem algumas receitas. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que ambas as empresas têm um endividamento complexo. Lembrou que a EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM. só conseguiu apresentar resultados positivos porque foi feito, em Assembleia Municipal, um conjunto de operações para injectar créditos na empresa, caso essas operações não tivessem sido feitas, a empresa teria apresentado resultados desastrosos. Disse que a empresa tem que vender lotes para apresentar resultados positivos, mas para isso acontecer tem que o parque industrial estar terminado. \_\_\_\_\_

--- Informou que tem havido alguns problemas com o empreiteiro, que a Câmara Municipal já lhe aplicou algumas penalidades e que a Câmara Municipal já tomou posse administrativa para terminar a obra. \_\_\_\_\_

--- Quanto à TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., a situação é um pouco diferente, uma vez que gera resultados operacionais positivos pela sua exploração, mas se a taxa euribor subir irá também ter problemas. \_\_\_\_\_

--- Lembrou que se alguma das empresas municipais entrasse no vermelho, se o ano fosse transitado com resultados operacionais negativos o valor do resultado operacional negativo iria afectar o valor a receber pela Câmara Municipal vindo do

estado. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que a apreciação dos Relatório de Gestão e Contas das empresas municipais pela Assembleia Municipal é um compromisso agora cumprido, uma vez que na sua opinião é muito importante os Deputados Municipais conheçam e avaliem o estado das empresas. Prosseguiu dizendo que o actual executivo decidiu manter os Concelhos de Administração das empresas municipais, porque era muito importante manter a estabilidade. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que uma vez que nas intervenções estavam a ser referidas as duas empresas municipais, EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM. e TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., seriam então discutidos e apreciados os pontos dois e três da ordem de trabalhos, em conjunto. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2009 da EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM. e Apreciação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2009 da TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. \_\_\_\_\_

--- O Membro Brandão Pires começou por dizer que, no sentido de reforçar a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, disse que quando foi analisado o relatório de contas do terceiro trimestre do ano dois mil e nove, da empresa EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM., a empresa estava praticamente falida, mas neste momento a situação ainda não é boa. Disse que a recuperação é possível mas tem que haver uma operação profunda. \_\_\_\_\_

--- Quanto à empresa TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. disse que a empresa tem vindo ao longo dos últimos quatro, progressivamente, a apresentar indicadores financeiros cada vez piores. O que prova que a empresa caminha para uma situação crítica a médio prazo, mesmo os clientes pagando a esta empresa as taxas e tarifas mais altas do país. Acrescentou dizendo a promessa que foi feita pelo Partido Socialista não está esquecida, que era para rever em baixa as taxas cobradas por esta empresa aos munícipes. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que as duas empresas se encontram numa situação, do ponto de vista económico-financeiro, muito complicada. \_\_\_\_\_

--- O Membro Paulo Silva disse que na sua intervenção iria apenas pronunciar-se sobre a empresa TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., não sobre as contas, mas sim sobre o Relatório. Disse que na sua opinião há muito mérito na actividade desta empresa, primeiro porque o programa que desenvolveram de início contra as perdas na rede de abastecimento está a dar um resultado bastante importante. Informou que no início da formação desta empresa as perdas de água na rede pública, no ano de dois mil e quatro, situavam-se nos cinquenta e oito por cento. No ano dois mil e oito as perdas de água na rede pública era de vinte e nove por cento, no final de dois mil e nove passaram para vinte e dois vírgula sete por cento e a empresa pretende atingir um valor abaixo dos vinte por cento no ano de dois mil e dez.

--- No que diz respeito ao que foi dito nas intervenções anteriores sobre os resultados financeiros e sobre rever em baixa as taxas cobradas por esta empresa aos munícipes disse que, a margem para mexer no tarifário da água é muito curta. Prosseguiu dizendo que a tendência é que o preço da água, cobrada ao consumidor, suba. Disse que na sua opinião os preços da água não devem servir de batalha política entre municípios, por isso o Governo deve uniformizar as características e as riquezas produzidas. \_\_\_\_\_

--- Acrescentou dizendo que o custo da água comprada tem o preço médio de um vírgula vinte e um euro, sendo o preço médio de venda é um vírgula trinta e oito euros, ou seja supostamente há um ganho dezassete cêntimos. Relembrou que existe ainda vinte e dois vírgula sete por cento de perdas na rede pública, e que existe um conjunto de obras e equipamentos que compete à TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. fazer. Por isso é que o resultado financeiro se situa no amarelo, uma vez que esta empresa substitui a Câmara Municipal na realização dessas obras. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que há uma diminuição significativa do volume de resíduos indiferenciados entregues à Algar depois da TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. começar a trabalhar. Lembrou que esta empresa absorveu, para o seu quadro de pessoal, cem funcionários que eram da autarquia. Disse que comparando os anos dois mil e oito e dois mil e nove, houve uma aposta nítida na formação profissional desses funcionários, uma vez que no ano dois mil e oito houve catorze acções de formação em dois mil e nove realizaram quarenta e duas acções de formação, afirmou que isto denota uma grande preocupação e empenhamento da empresa em melhorar os serviços prestados. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que na sua opinião, a EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM. e a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., deveriam ter melhor desempenho na sensibilidade com que tratam as questões junto dos consumidores, relativamente a alguma pedagogia na área ambiental na educação das pessoas para uma atitude mais cívica por parte das pessoas no consumo de um recurso que é escasso e também na produção dos lixos por parte de cada agregado familiar. Disse que gostava de ver a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. apoiar projectos do nosso concelho, como por exemplo das IPSS. Gostava também de ver esta empresa promover concursos e atribuir prémios e que atribuisse bolsas de estudo, valorizando assim o mérito dos jovens nas escolas. Finalizou dizendo que desta forma as pessoas deixavam de ver a empresa TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. como uma empresa que só lhes cobra dinheiro, melhorando a imagem que fazem sobre a mesma. \_\_\_\_\_

--- O Membro Brandão Pires disse que subscrevia, quase na íntegra, a intervenção do Membro Paulo Silva. Esclareceu que na opinião do Partido Socialista não são as tarifas que devem ser revistas mas sim as taxas fixas, uma vez que são demasiado elevadas e há que estudar uma solução. Disse que em termos sazonais é possível diferenciar taxas, saber o número de residentes e de turistas. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que na sua opinião é possível arranjar uma tarifa mais baixa para a população residente. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira começou por dizer que há algum tempo atrás a bancada do PSD disse que era impossível este executivo baixar as taxas, mas agora já dizem que há uma margem pequena. Afirmou que o ponto sobre a redução do preço de água, que consta do programa eleitoral do Partido Socialista, vai ser cumprido. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que na intervenção do membro Paulo Silva discorda quando refere que a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. fez tudo, porque se não existisse esta empresa eram os serviços municipais que o teriam feito. Afirmou que a empresa fez o que lhe competia e não substituiu o município em coisa nenhuma. \_

--- O Membro José Manuel Carmo saudou a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal por terem trazido este assunto para ser apreciado em Assembleia Municipal,

uma vez que nos anteriores executivos tal nunca aconteceu. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que gostava de saber o perfil das perdas de água na rede, uma vez que as perdas não acontecem apenas por existir canos rotos, porque há perdas que resultam de água não facturada, que muitas vezes podem ser muito significativas. Disse que não esperava que lhe fosse respondido à questão, uma vez que considera que é de momento complicado. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal respondeu que a questão tinha de ser feita ao Concelho de Administração da TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM.

--- O Membro José Manuel Carmo prosseguiu a sua intervenção dizendo que é uma mudança significativa a redução das perdas de água na rede, o que significa uma boa eficácia na resolução do assunto. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que concorda com a intervenção do Membro Paulo Silva, mas lamentou o facto da bancada do PSD só o ter feito hoje, uma vez não o fizeram anteriormente. \_\_\_\_\_

--- Na sua opinião o preço da água é muito importante, tem de ser revisto e disse que fica satisfeito com o facto da Câmara Municipal estar a abordar este tema. Informou que em devido tempo o Bloco de Esquerda apresentará proposta para reduzir o preço da água cobrada aos consumidores. Na sua opinião não há razão, a não ser por má gestão ou por opção política, em ter a água mais cara do Algarve. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que é necessário rever realmente os preços praticados e se existe realmente uma boa gestão por parte de uma empresa que é criada para gerir esse serviço, o que se espera é que ela funcione bem. Caso contrário a sua gestão terá de ser substituída. Disse que gostou de saber que o Membro Fernando Pereira acha que não há necessidade em ter empresas municipais, porque se estas não existissem a Câmara Municipal, desde que quisesse, faria o mesmo serviço. Afirmou que o Bloco de Esquerda se solidariza com o Membro Fernando Pereira, uma vez que é de opinião que é uma inutilidade a existência de empresas municipais. \_\_\_\_\_

--- O Membro José Liberto Graça referindo-se à TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. disse que com os preços que são praticados na sua opinião, deveria ter sido apresentado mais lucro. Sugeriu que se esta empresa gastasse menos dinheiro

em viaturas de luxo com certeza que apresentariam mais lucro. \_\_\_\_\_

--- Informou que a empresa cobrou, quatrocentos e noventa e cinco euros, pela colocação de um contador de água a um consumidor, onde apenas foram colocados quatro parafusos. \_\_\_\_\_

--- Disse que a empresa tem feito algumas intervenções em condutas na Freguesia de Santo Estêvão, mas quando vão reparar o pavimento fazem-no mal e quando é necessário saber quem é o responsável, ninguém se responsabiliza. Continuou dizendo que é um absurdo a Junta de Freguesia de Santo Estêvão receber uma factura, referente ao contador instalado no cemitério, sem qualquer consumo de água, para pagar quarenta e nove euros de taxas fixas. Informou que a Junta de Freguesia de Santo Estêvão, antes de começar a laborar a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., tinha um encargo mensal com as facturas de água que rondava os quinze e os vinte contos, depois quando a empresa começou a trabalhar o encargo mensal disparou para valores entre oitocentos e os novecentos euros. Afirmou que não foram os consumos de água que aumentaram mas sim os preços praticados. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que deverá haver mais cuidado, por parte da referida empresa, de quando fazem as reposições dos pavimentos. \_\_\_\_\_

--- O Membro Paulo Silva disse que o que se pede aos políticos é que sobre matérias sensíveis, como esta, que não abusem da demagogia. Referiu que quando na sua anterior intervenção disse que a margem era curta para reduzir o preço da água, quis efectivamente dizer que não há margem. Explicou que uma vez que a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. já se encontra no amarelo, como é que é possível passar para o verde, baixando as taxas. \_\_\_\_\_

--- Informou que há cerca de dois anos o Ministro do Ambiente, Nunes Correia, disse que o preço da água, que cada consumidor paga no nosso país é cinco vezes e meia mais baixo do que o custo real da água que é fornecida a esse consumidor. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que a água é um recurso escasso e o maior desafio, que existe para os próximos tempos, é uma gestão eficiente deste recurso. Disse que cada um em suas casas deverá fazer uma gestão controlada no consumo da água. Esclareceu que se pagarmos um preço abaixo do custo real da água, teremos que pagar mais impostos, uma vez que o Estado não tem meios para subsidiar o valor que nós pagamos, sem nos onerar de alguma forma. \_\_\_\_\_

--- Disse que é a Câmara Municipal que tem a possibilidade de continuar a prestar um conjunto de serviços que são essenciais. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que os políticos não podem ser demagogos mas sim verdadeiros.

--- O Membro Fernando Pereira lamentou o facto do Bloco de Esquerda só agora falar em reduzir o valor das facturas de água uma vez que o assunto não constava do programa eleitoral. \_\_\_\_\_

--- Quanto à questão de ele próprio ser contra às empresas municipais, referido pelo Membro José Manuel Carmo, disse que lhe dá vontade de rir. Esclareceu que não foi o PS que criou as duas empresas a EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM. e a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., e que pelo facto de ter dito que noutros municípios onde não há empresas municipais existe serviços de água adequados não significa que seja contra as empresas municipais. Afirmou que é efectivamente contra a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., ele e não só, mas também todos os tavirenses. Principalmente contra a forma como esta empresa foi gerida até este executivo chegar, uma vez que pela primeira vez este assunto veio à discussão à Assembleia Municipal, dando também a conhecer ao público que está presente. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que, relativamente à intervenção do Membro Paulo Silva, não há demagogia em querer baixar o total da factura de água e isso vai ser provado. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que o objectivo deste assunto está cumprido, pois os diversos Membros das bancadas deram a sua opinião. \_\_\_\_\_

--- Acrescentou dizendo que a Câmara Municipal conhece os compromissos da TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., bem como as margens com que podem contar, para além de também saber a forma com que chegaram a este endividamento. Disse que este executivo nunca mandará fazer uma obra de infra-estruturas como a que foi feita nos Estorninhos, onde foram gastos alguns milhões de euros, para existir no local apenas um contador. Informou que foram feitas várias obras de alargamento da rede que não são sustentáveis. Obras que muitas vezes não foi o Concelho de Administração que tomou tais decisões, pois este, muitas vezes era confrontado com decisões do sócio maioritário. Garantiu que com este executivo não haverá suicídios colectivos na TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM.,

uma vez que querem cumprir com o objectivo de baixar os preços das facturas de água. \_\_\_\_\_

--- Informou que também sabe das declarações, feitas há alguns anos, pelo Nunes Correia, mas também sabe que o Plano da Água prevê a normalização em alta do preço da água, mas não refere que é para Tavira. Ou seja irá haver concelhos que acertarão em alta e outros que não. \_\_\_\_\_

--- Esclareceu que todas as quatro empresas de distribuição de água do Algarve, a de Tavira, a de Portimão a de Lagos e a de Faro compram a água, às Águas do Algarve toda ao mesmo preço. Na distribuição em baixa, que é a distribuição aos consumidores, é que cada empresa cobra em função do dinheiro que necessita para a sua receita. Nesse aspecto é que a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. tem um problema, porque tem investimentos avultadíssimos, processo de renegociação de curto para longo prazo, spreads a renegociar e outros conjuntos de circunstâncias que o Concelho de Administração está a tratar. \_\_\_\_\_

--- Disse que o mais fácil é o sócio maioritário dizer que quer que se faça determinada coisa, mas este executivo quer inverter essa situação, porque essa mesma situação provocou á TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. um conjunto de problemas para resolver relacionados com investimento na rede em baixa. Informou que havia outros compromissos com as Águas do Algarve que não estão cumpridos e que se forem executados irá deixar a empresa numa situação muito complicada, que tem a haver com a própria sustentabilidade da empresa. \_\_\_\_\_

--- Esclareceu que o desafio das Águas do Algarve é entrar na rede em baixa e a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. está concessionada para vinte e cinco anos, por isso Tavira está fora desse assunto. É intenção deste executivo manter a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., mas a pressão para a normalização no concelho de Tavira será por força do tarifário, e se isso acontecer o executivo irá analisa-lo e aí será normalizado. \_\_\_\_\_

--- Afirmou que é intenção desta Câmara Municipal conseguir cumprir um tarifário mais amigo dos consumidores domésticos de Tavira com a preocupação de sustentar esta actividade, porque se a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. der prejuízo, a Câmara Municipal irá ser prejudicada em cinquenta e um por cento na capacidade de endividamento. \_\_\_\_\_

--- Concluiu dizendo que o único interessado em que a TAVIRAVERDE - Empresa

Municipal de Ambiente, EM. esteja sempre no verde é ele próprio, caso contrário se a empresa entrar no vermelho, o Estado transfere menos dinheiro para a Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 43/2010/CM, referente à aquisição de Serviços de Auditoria Externa de Revisor Oficial de Contas.

--- Pelo Presidente da Câmara Municipal foi explicado o conteúdo da proposta. \_\_\_\_\_

--- Posta à votação a presente proposta foi a mesma aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 49/2010/CM, referentes à Organização dos Serviços, mapa de pessoal e 1ª. Revisão às GOPs e ao Orçamento.

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta continha quatro pontos e que cada ponto que seria votado em separado. \_\_\_\_\_

--- Pelo Presidente da Câmara Municipal foi explicado o conteúdo da proposta. \_\_\_\_\_

--- O Membro Paulo Silva lembrou que quando este assunto foi discutido em Assembleia Municipal, apresentou as suas razões e votou contra e continuará a votar contra. Continuou dizendo que a proposta da forma como foi apresentada é pouco ponderada e levanta algumas suspeitas das verdadeiras intenções. Analisando a proposta de uma forma mais fina e entrando mais em detalhe disse que, analisando a anterior organização da Câmara Municipal e a estrutura dos seus serviços, haviam dois departamentos ligados às obras e ao urbanismo, o Departamento de Projecto e Obras Municipais e o Departamento de Urbanismo que se fundiram, de acordo com a proposta da Câmara Municipal, num único departamento. Em que, no Departamento de Urbanismo, que existia no passado, haviam três divisões, uma para a Reabilitação Urbana, outra para a Gestão Urbana e outra para o Planeamento, dessas três divisões, passou-se a uma. No Departamento de Projecto e Obras Municipais as divisões mantiveram-se, e foi criada uma nova divisão que integra as três existentes. \_\_\_\_\_

--- Na sua opinião é um erro fazer tal fusão, porque a legislação referente às obras

particulares é muito distinta da legislação que diz respeito às obras municipais, porque a legislação, que diz respeito às obras municipais, está em permanente em evolução, e também porque irá haver um Super Director de Departamento. Na anterior estrutura, que tinha a chancela da APCER - Associação Portuguesa de Certificação, as obras municipais e os projectos particulares eram certificadas, disse que com as actuais alterações não sabe se a Câmara Municipal consegue garantir a certificação das obras.

--- Quanto ao Departamento Sócio Cultural disse que integrava, entre outras coisas, o desporto, a educação e a acção social, e que o desporto agora passa para um outro departamento. A educação e a acção social ficam sobre a estrita dependência do Presidente da Câmara Municipal. Nasce então um novo Departamento de Cultura, Património e Turismo, que fica esvaziado em metade das competências que tinha anteriormente. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que existe uma desproporcionalidade muito grande, uma vez que por um lado existe um Departamento de Urbanismo sobrecarregado, por outro lado um Departamento de Cultura, Património e Turismo que se vai limitar a gerir, por um lado as festas, e por outro lado os museus e o património. \_\_\_\_\_

--- Concluiu dizendo que no Departamento Administrativo e Financeiro há a intenção de criar uma Divisão de Recursos Humanos, o que não concorda porque existe uma Divisão Administrativa e Secções que podem desempenhar essas funções. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que quanto á questão dos Recursos Humanos o Membro Paulo Silva deveria actualizar-se mais um pouco. Pois a actual complexidade do SIADAP, que é o que faz mexer as organizações, requer *per si* uma pessoa ao nível de um chefe de divisão para acautelar todas as matérias de avaliação de desempenho. \_\_\_\_\_

--- Dirigindo-se ao Membro Paulo Silva disse que, antigamente quando este desempenhou o cargo de dirigente de administração, as coisas eram mais ou menos automáticas, as pessoas estavam nos escalões durante mais ou menos três anos e depois progrediam na carreira. Hoje a realidade é outra e mais complexa, tem a haver com mérito, com objectivos, avaliações, níveis remuneratórios, etc., porque as pessoas aperceberam-se que a sua relação com o estado já não é tão simples como era, ou seja ter vínculo para toda a vida. Por isso é fundamental haver uma Divisão de Recursos Humanos para que as avaliações de desempenho corram bem e para que

haja uma boa estabilidade em qualquer organização. \_\_\_\_\_

--- Quanto ao nível de Directores de Departamento disse que, foi o PSD, no anterior executivo, que fizeram o slogan “Tavira Vive Cultura”, por isso mesmo é que tem de ser qualificada a área do Departamento Sócio cultural, retirando-lhe a acção social, educação e o desporto, e assumindo as questões relacionadas com a cultura, com uma visão diferente do executivo anterior. Afirmou que sempre elogiou o trabalho, feito pelo engenheiro Macário Correia e pela doutora Sara Mansinho, na área da cultura e que nunca iria mudar grande coisa. Mas que na sua opinião é importante qualificar essa mesma área. \_\_\_\_\_

--- Disse que manteve o director do departamento, mas que não quer que vejam a questão, como este director ter perdido uma data de competências. Porque esse mesmo director validava as questões que eram tratadas pelos chefes de divisão. Afirmou que esta Câmara Municipal extinguiu o DPRU, porque acham que deve de haver ligação entre a cultura, o património e arqueologia, e para que não hajam conflitos entre a protecção da história e a cultura. \_\_\_\_\_

--- Informou que houve uma reunião, sobre o Museu Islâmico, onde ficou bem claro que não havia concordância entre as obras, a cultura e os arqueólogos. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito ao urbanismo disse que, o departamento terá uma directora de departamento e três chefes de divisão. Uma da Divisão Urbanística, outra de Projectos e outra de Obras Municipais. Afirmou que na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística é que sofrerá grandes alterações, onde serão fundidas várias questões. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que todos irão ver o quão importante é o reparo que foi feito pelo Membro Paulo Silva, porque o PDM está a ser negociado por uma empresa, a lei permite que sejam criadas empresas de reabilitação urbana, e a Câmara Municipal quer fazer uma estrutura adequada, sem sobrecarregar a existente, para poder articular potencialmente com os mecanismos ao dispor. Disse que a EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM., ou outra empresa, pode ser transferida para uma sociedade de reabilitação urbana. Disse também que depois desta orgânica aprovada, a Câmara Municipal irá avaliar como é que irá ser a estrutura da parte empresarial da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

--- Quanto à questão da certificação, disse que esta, não tem nada a haver com a orgânica, mas sim com os projectos. Porque o que é certificado pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação são os procedimentos. \_\_\_\_\_

--- Informou que este executivo tem tido alguma contenção e preocupação na nomeação dos dirigentes porque a Câmara Municipal tem dificuldades financeiras, e que no ano dois mil e nove, no primeiro trimestre, foram gastos dois milhões, cento e quarenta e um mil euros, no ano dois mil e dez, mesmo com as actualizações salariais, no mesmo período foram gastos dois milhões e sessenta mil euros. Disse que as pessoas irão ser avaliadas com tempo, para serem colocadas no local certo. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que o importante é os Directores de Departamento estarem já colocados, uma vez que esses são importantíssimos na organização da estrutura orgânica, porque tem de ser reportados aos Vereadores por uma questão de responsabilização. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que o entristece saber que há processos que levam muito tempo na Câmara Municipal sem saber quem é o responsável uma vez que as coisas estão diluídas em vários patamares de competência. Afirmou que o que tem funcionado é o jeitinho, coisa que não deveria acontecer porque as coisas têm de ser o mais transparente possível e o mais rápido possível. Realçou o esforço da grande maioria dos colaboradores da Câmara Municipal em cumprirem aquilo que acabou de dizer. \_\_\_\_\_

--- O Membro Rui Horta começou por dizer que fica satisfeito em ver, que em tão pouco tempo em que este executivo está na Câmara Municipal, a Câmara Municipal não está falida, uma vez que sempre ouviu dizer nas Assembleias Municipais que a Câmara Municipal estava tecnicamente falida. \_\_\_\_\_

--- Lembrou que numa das sessões da Assembleia Municipal antes das eleições autárquicas, quando se estava a tentar aprovar um empréstimo, respondeu ao actual Presidente da Câmara Municipal que quem tivesse medo em agarrar um Câmara Municipal falida não se candidatava. \_\_\_\_\_

--- Quanto ao ponto em apreço disse que, na sua opinião a explicação do Presidente da Câmara Municipal foi um pouco longa, para aquilo que esperava. Disse que este executivo ganhou as eleições e está legitimado para fazer esta alteração, é uma opção deste executivo fazê-lo portanto goste ou não se goste, daqui a quatro anos este executivo irá responder por essa alteração. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que os Membros da bancada do PSD, têm abertura para votarem de forma como entenderem, no entanto a sua posição será abster-se nesta votação. \_\_\_\_\_

--- O Membro Paulo Silva disse que uma vez que estavam presentes Membros que não estiveram presentes na última sessão da Assembleia Municipal, gostava de referir algumas questões. Disse então que o Presidente da Câmara Municipal falou numa estrutura orgânica transparente e muito ponderada. Referiu que a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal na última Assembleia Municipal, tem uma sustentação com três itens em nove linhas, disse que isto é o que reflecte a ponderação deste executivo e a transparência que teve no processo. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que o executivo fez uma alteração numa estrutura orgânica da Câmara Municipal que estava estabilizada desde o ano dois mil, depois propõe de forma simpática, uma alteração que acha necessária, mas dizer que é ponderada e transparente da forma como foi apresentada para análise à Assembleia Municipal, justificando a alteração à estrutura orgânica com três itens e oito linhas, não reflecte nem ponderação nem transparência. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que fez a justificação apenas com oito linhas e três pontos, porque na sua opinião o documento é demasiado transparente e por isso não necessita de grande explicação. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que é desnecessário redizer o que está escrito na própria estrutura. Disse que Membro Paulo Silva está habituado a grandes textos que no fundo não dizem nada e que na sua opinião acha pobre fazer uma argumentação contra uma estrutura orgânica com base no preâmbulo da própria estrutura orgânica. Afirmou dizendo que não faz qualquer sentido uma vez que a estrutura fala por si. Concluiu dizendo que o Membro Paulo Silva, na Assembleia Municipal, já falou da estrutura com mérito, mas não vale a pena se fixar num preâmbulo de uma estrutura que fala por si. \_

--- O Membro Fernando Pereira disse que para o Membro Paulo Silva o que é bom são os livros grandes e por isso deve ter ficado muito satisfeito com o relatório da EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM. que foi apresentado nesta Assembleia Municipal, que tem muitas páginas mas que não diz rigorosamente nada. \_

--- O Membro Rui Horta interrompeu a intervenção do Membro Fernando Pereira, para dizer que era por isso mesmo, que o anterior executivo não trazia às Assembleias Municipais esses relatórios. \_\_\_\_\_

--- O Membro Fernando Pereira retomou a sua intervenção dizendo que o PSD no seu mandato, para poupar aos Membros horas de discussão sobre esses assuntos, resolviam metê-los na gaveta sem os apresentarem à Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que não podia deixar passar em claro uma afirmação feita pelo Membro Paulo Silva quando disse que este Regulamento de Organização dos Serviços Municipais era suspeito nas suas intenções. Disse que o Presidente da Câmara Municipal já explicou que foi orientado por princípios de boa gestão. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que percebe agora que, quando o Membro Paulo Silva chegou à Câmara Municipal e o PSD alterou a orgânica da Câmara Municipal, foi com as intenções com que quer agora atribuir ao actual executivo. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que era bom que o Membro Paulo Silva dissesse concretamente a que suspeita se refere. \_\_\_\_\_

--- Conhecido o conteúdo e fundamentos da proposta da Câmara Municipal número 49/2010/CM, referente à Organização dos Serviços, mapa de pessoal e 1ª. Revisão às GOPs e ao Orçamento, foi a mesma submetida à votação, ponto a ponto, tendo sido apurado o seguinte resultado:

--- O ponto número 1 foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, dez abstenções e um voto contra; \_\_\_\_\_

--- O ponto número 2 foi aprovado por maioria, dezanove votos a favor, dez abstenções e um voto contra; \_\_\_\_\_

--- O ponto número 3 foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e onze abstenções; \_\_\_\_\_

--- O ponto número 4 foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e onze abstenções. \_\_\_\_\_

#### 6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 51/2010/CM, referente à prestação de contas de 2009.

--- Pelo Presidente da Câmara Municipal foi explicado o conteúdo da proposta. \_\_\_\_\_

--- O Membro Paulo Silva disse que apesar da execução orçamental, da despesa ter rondado os cinquenta e oito por cento, o exercício sobre as contas do ano dois mil e

nove, agora apresentado, conseguiu executar os cinquenta e oito milhões e seiscentos e quatro mil euros, tendo apresentado um resultado positivo de três milhões, novecentos e nove, quatrocentos e trinta e três, virgula setenta e oito. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal interrompeu a intervenção do Membro Paulo Silva para o corrigir, dizendo que cinquenta e oito milhões é o valor do orçamento inicial e que os cinquenta e oito por cento são do valor inicial. \_\_\_\_\_

--- O Membro Paulo Silva retomou a sua intervenção dizendo que o Presidente da Câmara Municipal tinha razão. E continuou dizendo que, de qualquer forma e embora a diferença não ser assim tão grande, esta execução diz respeito a um ano de crise, a aprovação de projectos com financiamentos comunitários e que foi também um ano de transição de um quadro comunitário de apoio para outro. O orçamento que a actual Câmara Municipal apresentou para o ano dois mil e dez é de vinte e cinco milhões. \_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal interrompeu novamente a intervenção do Membro Paulo Silva dizendo que o valor correcto do orçamento para o ano dois mil e dez é de quarenta e seis virgula seis milhões de euros. Sugeriu ao Membro Paulo Silva que actualizasse os dados. \_\_\_\_\_

--- O Membro Brandão Pires disse que sobre a aprovação do orçamento para este ano, já foi discutido que havia a necessidade de conferir maior realismo ao orçamento apresentado e que quando chegasse a altura da conta de gerência, veriam com que níveis de execução ficavam. Verifica-se agora que a execução orçamental a nível da receita se situa em cinquenta e oito e meio por cento, e a nível da despesa foi cinquenta e seis virgula quatro por cento. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que vale a pena fazer um exercício para que o orçamento apresentado tenha maior realismo em relação à despesa e à receita expectável que se irá realizar. Foi o que aconteceu com o orçamento que foi apresentado para este ano. \_

--- Prosseguiu dizendo que houve duas operações que foram feitas e por isso é que as contas estão equilibradas, uma que é a venda à EMPET – Empresa Municipal de Parques Empresariais de Tavira, EM. no valor de três virgula um milhões de euros, que entra nas receitas de capital, e o empréstimo feito à Caixa Geral de Depósitos no valor

de dois virgula cinco milhões de euros. Disse que estas duas operações deram seis milhões, num total de dez milhões que é a receita total. \_\_\_\_\_

--- Terminou dizendo que existe na sua opinião existem dois indicadores muito importantes na conta de gerência, um é o alargamento do prazo real de pagamento a fornecedores, que não deixa de ser mau para as empresas que fornecem a Câmara Municipal, mas que passou de cento e quinze dias para duzentos e nove dias. Este executivo está a fazer um esforço muito grande para reduzir esses prazos. O outro indicador preocupante, não obstante das transferências de pessoal que a Câmara Municipal fez para a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM., as despesas com o pessoal aumentaram no ano passado em vinte e um virgula seis por cento. \_\_\_\_\_

--- Posta à votação a presente proposta foi a mesma aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor e uma abstenção. \_\_\_\_\_

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 53/2010/CM, referente ao concurso público internacional para aquisição de combustíveis rodoviários (Procedimento n.º 0.06/CE-AMAL/2010).

--- Pelo Presidente da Câmara Municipal foi explicado o conteúdo da proposta. \_\_\_\_\_

--- Posta à votação a presente proposta, verificou-se que a mesma foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 56/2010/CM, referente ao lançamento de concurso para a concretização de Núcleos de Desenvolvimento Turístico através de Programas de Acção Territorial;

--- Pelo Presidente da Câmara Municipal foi explicado o conteúdo da proposta. \_\_\_\_\_

--- Posta à votação a presente proposta, verificou-se que a mesma foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

--- A Mesa da Assembleia procedeu à leitura das minutas desta sessão, as quais foram

aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao público presente e este informou que de acordo com o regimento, o público não se pode pronunciar sobre assuntos tratados na sessão da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- Presente no público a munícipe Maria de Fátima Emídio Graça que iniciou a sua intervenção cumprimentado todos os presentes e em relação à intervenção do Membro Paulo Silva que defendeu a empresa TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. disse que gostava muito de ter a mesma opinião, mas considera que foi a pior empresa que apareceu no concelho de Tavira. Disse que o Membro Paulo Silva falou em criar novas infra-estruturas, em novos equipamentos e em criar outras coisas, com as quais disse concordar, só não concorda é que sejam os consumidores comuns a dar-lhes o dinheiro para tudo isso, mas sim ao capital da empresa. \_\_\_\_\_

--- Prosseguiu dizendo que não é nenhuma esperta no assunto, mas também não é parva, porque ao olhar para a factura de água se depara com vinte euros de consumo de água e no final da factura tem a pagar sessenta euros. Dirigindo-se ao Membro Paulo Silva disse que, este falou em se educar as pessoas no sentido de isto e de aquilo. Disse saber que as pessoas devem ser educadas no sentido de separarem os lixos, mas na sua opinião já que paga tantos escalões, porque é que tem de separar o lixo, e se é ela própria que compra os sacos e se é ela também que leva os sacos ao contentor, porque é que o tem que fazer. Disse também que sabe que o Membro Paulo Silva só defende a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. porque está à frente da empresa. \_\_\_\_\_

--- Continuou dizendo que se for à loja da empresa reclamar pelo valor altíssimo da factura, uma vez que não tem nenhum campo de futebol, nenhuma piscina nem nenhuma rotura, porque se essa existisse, os vizinhos dos andares de baixo morreriam afogados, é lhe dito para mandar fazer uma aferição ao contador que lhe custa trinta euros. E se o contador estiver bom perde esse valor, se for confirmada alguma anomalia esse valor ser-lhe-á devolvido. Afirmou que nunca lhe devolveram esse dinheiro porque o contador está sempre bom. \_\_\_\_\_

--- Lamentou o facto do Membro Paulo Silva defender a TAVIRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, EM. uma vez que este sabe que Tavira é uma cidade

empobrecida, porque os ordenados das pessoas que trabalham rodam os seiscentos euros. Perguntou ao Membro Paulo Silva se ao fim do mês este tem dinheiro para comer, afirmou que no seu caso quase que não tem. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu para lembrar que quando deu a palavra ao público, informou que de acordo com o regimento o público não se pode pronunciar sobre assuntos tratados na sessão da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Maria de Fátima Emídio Graça lamentou o facto de não se poder pronunciar sobre o assunto e falar sobre coisas que a preocupam. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu a munícipe que, esta tem de esperar por uma sessão que não tenha na sua ordem de trabalhos este assunto. \_\_\_\_\_

--- Presente no público estava também a munícipe Evelina da Encarnação Vaz que perguntou ao Presidente da Câmara Municipal, em termos de gestão de pessoal administrativo a quem cabe a gestão dos agrupamentos de escolas. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal respondeu que em relação ao pessoal não docente é à Câmara Municipal que lhe compete fazer a gestão. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Evelina da Encarnação Vaz prosseguiu então dizendo que existe uma questão que a preocupa, que é o facto de como é que foi feita a gestão do Agrupamento D. Manuel I ter recebido três funcionárias da Câmara Municipal e uma da Escola D. Paio. Esclareceu que o que queria saber era se a transferência da funcionária da Escola D. Paio foi porque estava em excesso, nessa escola, ou foi por qualquer outro motivo que os funcionários da Escola D. Manuel I desconhecem completamente. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que a funcionária que saiu da Escola D. Paio, não tem qualquer despacho feito pela Câmara Municipal para lá estar. Quanto às funcionárias que eram da Câmara Municipal, existem despachos feitos por ele próprio e pela Vereadora Ana Paula. \_\_\_\_\_

--- Voltando ao assunto da funcionária que saiu da Escola D. Paio, disse que sabe que houve uma conversa entre os dois directores dos agrupamentos, e que é um assunto que será resolvido durante a semana. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Evelina da Encarnação Vaz retomou a sua intervenção dizendo que foi dito na Escola D. Manuel I é que havia a necessidade de um coordenador técnico. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal interrompeu para dizer que a questão do coordenador técnico é para ir a concurso nas duas escolas, cujo mapa de pessoal foi aprovado nesta sessão da Assembleia Municipal, vai ter de ser publicado, e só depois é que poderá ser aberto o concurso para coordenadores técnicos. Esclareceu que as escolas só terão coordenadores técnicos após concurso. \_\_\_\_\_

--- Informou que as três funcionárias que foram deslocadas da Câmara Municipal para a Escola D. Manuel I foram porque o Agrupamento D. Manuel I estava muito deficitário em termos administrativos, são pessoas com muita qualidade, com experiência administrativa e muito competentes. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Evelina da Encarnação Vaz retomou novamente a sua intervenção dizendo que a situação concreta do coordenador técnico, está a preocupar os funcionários administrativos da referida escola, onde ela se inclui. Porque durante dezasseis anos asseguraram a secretaria daquela escola, de forma um pouco deficitária, como será do conhecimento do Presidente da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

--- Disse que estavam á espera que lá fosse colocado um funcionário com conhecimento em várias áreas, porque a escola ainda não trabalha em gestão de processos, e verificou-se precisamente o contrário. Afirmou que esta situação está a preocupa-la muito. Disse também que assumia o que estava a dizer, uma vez que o que estava a dizer era com conhecimento de causa, uma vez que trabalha naquela escola desde o ano de mil, novecentos e oitenta e três, e nunca viu uma lastima tão grande como a que existe agora. Lamentou o facto da pessoa que para lá foi, colocada ou convidada pela Câmara Municipal, ter revelado conhecimentos apenas sobre vencimentos, uma vez que a área administrativa não trabalha apenas com vencimentos, engloba vários serviços. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal pediu à munícipe que o permitisse dizer-lhe uma coisa. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Evelina da Encarnação Vaz concordou e permitiu ao Presidente da Câmara Municipal que interviesse. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que já tinha esclarecido a munícipe do ponto de situação. Na sua opinião a munícipe não foi prejudicada nem beneficiada em coisa nenhuma e não deve ter qualquer receio. Relembrou que o lugar de coordenador técnico irá a concurso, que não fez nenhum juízo de valor sobre o trabalho de ninguém e que não tem qualquer preferência por alguém. Ou seja quando for aberto o concurso a senhora concorre, como todas as pessoas que estiverem interessadas e ganhará o melhor. \_\_\_\_\_

--- No que diz respeito à pessoa a que a munícipe se referiu na sua intervenção, disse que desconhece a pessoa em questão, e que o assunto deverá ser falado com o professor Duarte. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Evelina da Encarnação Vaz disse que já não iria dizer o que tinha pensado dizer para não ferir susceptibilidades. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que fazer juízos de valor antes de tempo é complicado. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Evelina da Encarnação Vaz continuou dizendo já fez a sua apreciação, bem como todos os funcionários administrativos daquela escola. Agora têm de esperar e pensar se deverão passar a escrito para que esta situação não tome outras proporções. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que a munícipe tem a liberdade de dizer aquilo que quiser, mas a verdade é que o quadro da escola comporta um número de pessoas, que têm de ser colocadas. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Evelina da Encarnação Vaz prosseguiu dizendo que concordava e que a

secretaria estava deficitária, tendo sido muito bem recebidas as pessoas que foram para lá. Concluiu dizendo que uma coisa é certa é que existem coisas que não são transparentes. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Maria de Fátima Emídio Graça disse que gostava de referir uma coisa que não foi referida pela sua colega a munícipe Evelina da Encarnação Vaz, que as pessoas que foram colocadas na Escola D. Manuel I foram bem recebidas, mas uma das pessoas foi-lhes apresentada como a nova coordenadora. \_\_\_\_\_

--- O Presidente da Câmara Municipal perguntou se tinha sido ele a apresentar essa mesma pessoa. \_\_\_\_\_

--- A munícipe Maria de Fátima Emídio Graça respondeu que não e gostaria que isso ficasse bem esclarecido. \_\_\_\_\_

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e dezassete minutos do dia vinte de Abril, de que, para constar se lavrou a presente acta. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_